

AS PRINCIPAIS REFLEXÕES ACADÊMICAS SOBRE AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Cristiane da Conceição Gomes¹

RESUMO: *Esse trabalho teve como objetivo desenvolver um estudo sobre os resultados das pesquisas realizadas no Brasil que têm como foco a análise das políticas de valorização do profissional da educação implementadas a partir das reformas dos anos 90. O estudo foi desenvolvido a partir de uma consulta a resumos de teses e dissertações disponíveis no portal da CAPES, assim como a artigos publicados em periódicos que circulam na comunidade acadêmica que abordam a temática da valorização do profissional da educação e questões próximas ao objeto de estudo. Com a análise de 101 trabalhos, foi permitido o mapeamento de produções que podem subsidiar futuros trabalhos relacionados à temática. Os estudos revelam uma maior concentração dos estudos nas políticas e questões relacionadas à formação dos professores. Verifica-se que há um longo caminho a percorrer para que a política de valorização do profissional da educação no Brasil de torne uma realidade.*

Palavras-chave: Políticas públicas; Valorização do profissional da educação; Reformas educacionais

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das produções acadêmicas sobre as políticas de valorização do profissional da educação que vêm sendo implementadas desde a década de 90. Esse período foi marcado por intensas mudanças na legislação, principalmente para o setor educacional ao qual foram direcionadas políticas públicas que deram origem a um novo contexto de valorização dos profissionais da educação escolar.

Nesse sentido, as reflexões acadêmicas apresentam discussões e proposições acerca dessas políticas destinadas aos profissionais da educação, como decorrência do que se espera dos intelectuais da academia, no sentido de discutir as problemáticas que emergem da sociedade brasileira, especialmente os problemas sociais e profissionais.

Inicialmente, nesse plano de trabalho, planejou-se analisar os resumos de trabalhos publicados ou defendidos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96. Mas, entendendo-se que as construções teóricas emergem da problemática social que antecede a criação de políticas governamentais, decidiu-se incluir, neste levantamento, os trabalhos realizados desde o final da década de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, até os mais recentes. Essas políticas de valorização dos profissionais do ensino vêm no bojo de políticas sociais e têm sido colocadas nos marcos legais como tema especial.

A partir de 1985, o processo de redemocratização do país, incluindo aí os trabalhos de elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988 – desenvolveu um período marcado pela participação dos diversos movimentos sociais, bem como dos sindicatos e outras organizações sociais. Por conseguinte, as lutas sociais fervilhavam num processo no qual se exigiam direitos sociais igualitários e melhores condições de trabalho. Esse processo deu origem a mudanças sociais, especialmente no campo das classes profissionais, que tiveram grande envolvimento nas reivindicações sociais. Daí a necessidade de vivenciar as produções textuais

¹ Estudante de Pedagogia/ Faculdade de Educação/ UFBA. E-mail: cris_ufba2002@yahoo.com.br . Bolsista IC-CNPq. Orientadora Prof^a Dr^a Maria Couto Cunha (Prof^a da Faculdade de Educação/UFBA)

que emergem desse espaço-tempo que compreende as lutas que iniciaram o processo de redemocratização do país e um novo contexto de novas conquistas no campo social, em especial, de valorização profissional, principalmente no campo da educação.

Este trabalho, pois, pretende mapear as produções acadêmicas que evidenciam os avanços ou dificuldades de se estabelecer políticas voltadas para a valorização dos profissionais da educação no Brasil, a partir da elaboração de pesquisas de conclusão de cursos de mestrado e doutorado e da publicação de artigos cobrindo a temática.

2. UMA VISÃO GERAL DOS TRABALHOS

Como já foi mencionado, os trabalhos analisados referem-se a resumos de teses e dissertações defendidas nas Universidades brasileiras, que se encontram disponíveis no portal da CAPES e de artigos publicados em periódicos que circulam na comunidade acadêmica, que abordam a temática e questões próximas ao objeto de estudo. Os trabalhos coletados e analisados foram caracterizados por tipos, como podem ser visualizados na Tabela 1, que segue.

Tabela 1. Distribuição do número de trabalhos analisados, por tipologia

Títulos	Nº	%
Teses	10	9,9
Dissertações	47	46,5
Artigos Publicados	44	43,6
Total	101	100

Os dados fornecidos pela Tabela 1 indicam que as teses apresentam o menor percentual de estudos na temática. Isso provavelmente se deve à quantidade pequena de cursos de doutorado existentes no país. Já as dissertações e os artigos científicos ficam com as fatias maiores dos estudos. Juntos representam 90,1% dos trabalhos analisados.

Os resumos das teses e dissertações foram distribuídos por ano de publicação, para melhor entender a tendência histórica dos estudos diante das políticas que marcaram a década de 90 e início da década seguinte e, também, para facilitar a análise dos conteúdos apresentados. A distribuição pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição do número de Teses e Dissertações, por ano de conclusão dos cursos

Títulos	Ano de conclusão																Total
	88	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	
Teses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	02	05	-	-	10
Dissertações	01	01	-	-	01	02	01	02	05	06	06	05	07	10	-	-	47
Total	01	01	-	-	01	02	01	02	05	06	09	05	09	15	-	-	57

Não foram encontrados registros de publicações de teses e dissertações no portal da CAPES que fossem relacionados à temática nos anos de 2004 e 2005, provavelmente pela indisponibilidade de alguns títulos recentes para consulta no portal consultado.

Os dados demonstram que o interesse pela temática começa a aparecer entre os alunos de doutorado somente a partir de 2000. Entre os concluintes dos cursos de mestrado, raramente

aparece de 88 a 97. No entanto, a partir daí, passa a ser alvo de uma quantidade maior por parte dos pesquisadores.

Outra observação pertinente pode ser feita sobre a distribuição desses trabalhos por regiões do país e que pode ser vista na tabela 3, que segue abaixo.

Tabela 3. Distribuição das Teses e Dissertações, por Região

REGIÃO	Nº DE TESES	Nº DE DISSERTAÇÕES	TOTAL	(%)
NORTE	-	-	-	-
NORDESTE	01	08	09	15,8
SUL	-	10	10	17,5
SUDESTE	08	25	33	57,9
CENTRO-OESTE	01	04	05	8,8
TOTAL	10	47	57	100,00

Das 57 produções científicas entre teses e dissertações encontradas no portal da Capes, 57,9 % foram produzidas nas universidades do sudeste brasileiro. O sul apresenta um percentual de 17,5 % dessa produção, o nordeste vem logo depois com 15,8 %, seguido do centro-oeste com 8,8 %. Apesar da relevância do tema em estudo, não foi encontrado nenhum registro de estudos próximos à temática na região norte do país.

Torna-se, por outro lado, importante enumerar os periódicos onde constam os textos extraídos para análise. A tabela 4 revela as publicações que oferecem subsídios sobre o tema.

Tabela 4. Distribuição do número de Artigos pesquisados, por periódicos

Nome	Nº	%
Caderno CEDES	03	6,82
Cadernos de Pesquisa	06	13,64
Educação e Pesquisa	02	4,54
Educação & Sociedade	29	65,90
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	03	6,82
Revista Brasileira de Educação	01	2,28
Total	44	100,00

Dos artigos publicados selecionados para análise, 65,90% (29) foram publicados na Revista Educação & Sociedade, evidenciando que é um periódico que tem dado atenção às questões ligadas ao tema. Em seguida, aparece o periódico Cadernos de Pesquisa, com 06 trabalhos publicados.

Os periódicos disponíveis e selecionados para análise percorrem o período de 1996 a 2005. Os dados possibilitam perceber que os periódicos começaram a publicar assuntos relativos às políticas de valorização dos profissionais do ensino com a LDBEN/96. Conforme já detectado, o periódico que publicou maior número de artigos e com maior frequência foi a Revista Educação & Sociedade. Além disso, a partir de 1998, o tema tornou-se constante nesse tipo de produção acadêmica, sendo dada maior ênfase no ano de 1999, com 13 artigos publicados, sendo 12 da Revista Educação e Sociedade.

3. ANÁLISE DAS REFLEXÕES ACADÊMICAS

Antes de iniciar a análise, informa-se sobre a metodologia utilizada no trato das informações. Na coleta dos títulos foram utilizadas algumas expressões como palavras-chave para consulta ao

portal do CAPES, tais como: valorização dos profissionais do ensino, dos professores e dos profissionais da educação; formação dos profissionais da educação, do ensino e dos professores; carreira e plano de carreira do magistério; salário dos professores; profissionalização do magistério e dos professores; atuação dos professores; condições de trabalho; estatuto do magistério, dentre outras. Essas expressões possibilitaram a demarcação dos espaços, facilitando a análise e a apresentação dos conteúdos.

Selecionados os títulos e coletados os resumos, estes foram classificados por subcategorias e, posteriormente, por categorias, considerando os enfoques trabalhados e a natureza dos mecanismos de valorização do profissional da educação, inscritos nas políticas manifestadas na legislação educacional recente. As categorias maiores foram: reflexões teóricas e ideológicas (10 trabalhos); formação e atuação dos profissionais da educação (50 trabalhos); profissionalização, carreira, salário e condições de trabalho do professor (27 trabalhos); políticas de descentralização e participação do professor na gestão da escola (14 trabalhos).

Há maior concentração dos trabalhos nas questões relativas à formação e atuação dos profissionais do ensino, representando quase metade da produção analisada. Esses dados preliminares possibilitam uma visão geral dos trabalhos cujos conteúdos permitiram maiores reflexões ao longo do estudo.

3.1 As produções em destaque

Foram coletados 101 trabalhos que tratam da temática, como caracterizados anteriormente. No entanto, para este artigo, foram selecionados alguns autores que resumem as principais idéias sobre o objeto de estudo.

Nos trabalhos são tratados alguns pontos que evidenciam que as políticas de formação de professores sofrem interferências externas que ditam as regras, além do que, os programas de formação funcionam como fábricas de estoques, atendendo a uma política de certificação (LUDKE, MOREIRA e CUNHA, 1999; MAUÉS, 2003). Além disso, as políticas de valorização destinadas à formação são baseadas no controle da produtividade docente, são implantadas de forma a aligeirar a formação, tornando-se programas de desqualificação, constituição de tarefas, e que pouco interferem na superação das práticas pedagógicas dos professores em processo de formação (KUENZER, 1998 e 1999).

Em contraponto a essas tendências surge a necessidade de resistência dos educadores a essas políticas oficiais de formação em defesa da reorganização dos cursos de formação universitária para os profissionais da educação. (FREITAS, 1999; SCHULTZ, 2002).

Os programas de formação inicial e continuada não apresentam como foco a formação reflexiva, crítica e cultural dos professores. Nesse sentido, é defendida a formação em universidades, tendo como princípio a docência, a formação de um profissional emancipador (AGUIAR e MELO, 2005). Esses programas não têm atendido às necessidades da realidade social dos professores, nem contribuído para transformações das suas ações pedagógicas (OLIVEIRA, 2003).

Num novo contexto de formação profissional emerge novas alternativas e necessidades de formação docente, e os cursos de formação não conseguem superar a dicotomia entre teoria e prática pedagógica do professor, focam apenas aspectos cognitivos, restringe a participação do mesmo nas decisões relacionadas ao curso, e desconhecem a escola como lócus de formação e não contribuem para o desenvolvimento profissional do profissional da educação. Além disso, os profissionais são homogeneizados nesses cursos, e não são respeitadas as etapas do desenvolvimento profissional de cada um, evidenciando a precariedade desses cursos de formação (CERQUEIRA, 2002).

Ainda nessa perspectiva, surge também alternativas que tentam mostrar tensões existentes entre a teoria e a prática, o saber e o fazer, com proposta de superação dessas relações. (MONLEVADE, 2003). Além disso, também são apontadas práticas de professores no

cotidiano escolar e a relação com o conhecimento das pesquisas desenvolvidas e universidades, de modo a articular teoria e prática do professor (GUTIERREZ, 1997).

É também percebido nas produções que os professores têm mudado sua visão das novas tecnologias de comunicação e informação, especialmente do computador e da internet. Mesmo sendo reconhecidos como recurso na prática profissional, não pertencem ainda ao contexto de muitas escolas, e ainda, não são contemplados nos cursos de formação (MAMEDE, 2000). Esses recursos são utilizados também como estratégia de formação dos profissionais do ensino a distância, que é criticada com base no argumento da ênfase em materiais instrucionais (BELONNI, 1998). Em geral, as novas tecnologias são apontadas como um recurso aos novos contextos de aprendizagem (SILVA e AZEVEDO, 2005).

A prática pedagógica desses profissionais envolve aspectos que se relacionam a sua formação. A prática dos profissionais de ensino estão relacionadas à sua história de vida e às práticas de formação, que desarticuladas com a sua realidade contribuem para a manutenção de práticas do ensino tradicional. Nesse aspecto, devem estar relacionados os saberes da formação acadêmica com os saberes da experiência do professor (TARDIF e RAYMOND, 2000).

O pedagogo aparece enquanto um profissional que atua nas diversas funções do magistério, inclusive na docência, e deve ter sua formação articulada, aliando a formação científica com a profissional (KISHIMOTO, 1999). Apesar dos impasses que envolvem a formação desse profissional, deve ter como foco a busca de recursos para superar os obstáculos dessa formação para qualificarem melhor o seu trabalho (SILVA, 2002). Em sua mais recente história, conta com um obstáculo bem peculiar: as Diretrizes Curriculares Nacionais são aprovadas direcionando este profissional para uma formação mais restrita à docência, o que se distancia das construções históricas desse profissional. Além disso, ficam evidentes as tensões que envolvem o poder constituído (público) e as instâncias acadêmicas na formação dos profissionais da educação.

A profissionalização, carreira, condições de trabalho, de salários e constituição da identidade desses profissionais de ensino, são aspectos das políticas de valorização que são analisados nos trabalhos. Nessas questões da valorização coexistem dilemas que são velhos, mas que ressurgem sempre que são tratadas das ações de valorização dos profissionais de ensino, pois a formação tem maior espaço dentro dessas políticas mas a remuneração desses profissionais deve compor a mesma política em termos reais de implantação (KLEBIS, 2003).

Na profissão docente, as condições de trabalho, a questão salarial e o desprestígio profissional e social cria situações de desestímulo na profissão, e os trabalhos evidenciam que essa situação influi no abandono da profissão (LAPO e BUENO, 2003). O salário, que deve se constituir em estímulo ao trabalho docente, na verdade, vem se constituindo, ao longo da história, como um grande fator do abandono, juntamente com as condições de trabalho, que estão no bojo dos fatos que integram a precarização do trabalho docente. As políticas de valorização são definidas a partir do controle da produtividade e desempenho docente, em detrimento de outros aspectos como a qualificação para o trabalho, melhores condições de trabalho e carreira, além de favorecer melhores condições econômicas e sociais, que interferem na prática do professor (FREITAS, 2003).

A análise permite perceber que os profissionais reclamam a competência técnica e política para o desempenho da profissão, mas valorizam afetividade na relação professor-aluno e o gosto pela profissão como aspectos para o sucesso profissional (SALDANHA, 1998; MARASCHIN, 1998). Os aspectos da legislação que são tratados enquanto política de valorização dos profissionais do ensino, não aparecem com tanta ênfase nos trabalhos, a exemplo dos planos de carreira do magistério (apresenta apenas uma reflexão), apontando para uma referência positiva da implantação dessa política mas, via de regra, pode se constituir em exceção.

As políticas de descentralização, a participação política do professor nas questões sociais e profissionais e na gestão da escola, não se constituem em foco desse trabalho, mas

considerando a relação entre estes e a temática foram encontrados alguns trabalhos que abordam essas relações. Nesse aspecto aparece a questão da gestão da escola, que fornece uma nova perspectiva de provimento do cargo de diretor (eleição), tratam da dificuldade de participação no professor enquanto partícipe do processo de gestão da escola, a própria escola com suas dificuldades de exercer a autonomia que lhe é dada com as recentes políticas educacionais (FREITAS, 1999).

As políticas também aparecem enquanto imposições do poder executivo ou constituído, onde é colocado o enfrentamento entre este e o professorado por uma verdadeira política de valorização, onde prevalece a falta de vontade política. O FUNDEF é apontado como uma dessas políticas que desresponsabiliza o Estado com a oferta de educação escolar de qualidade, e com a formação de professores (SOUZA e SILVA, 1994).

CONCLUSÃO

Como foi explicitado na introdução deste trabalho, o seu objetivo está relacionado à análise da produção acadêmica sobre as políticas de valorização dos profissionais do ensino(da educação). E para isso, contribuíram para essa análise 101 trabalhos, envolvendo teses, dissertações e artigos científicos, disponibilizados no portal CAPES.

As reflexões contempladas nessa produção possibilitam uma visão abrangente acerca das políticas de valorização dos profissionais da educação. Mas, vale ressaltar a dificuldade encontrada na análise dos resumos, considerando que em muitos não são descritos os procedimentos adotados, nem objetivo nem os resultados alcançados, o que permitiria uma maior abrangência do trabalho e, também, o aproveitamento de maior número de trabalhos.

A composição textual é iniciada por uma introdução, prosseguida de uma apresentação geral dos trabalhos e, em seguida, é feita a análise da produção acadêmica. A análise da produção é apresentada em 04 categorias e 14 subcategorias correlacionadas à temática. Essas categorias foram identificadas por: reflexões teóricas e ideológicas; formação e atuação dos profissionais da educação; profissionalização, carreira, condições de trabalho e salariais; e políticas de descentralização e participação na gestão da escola.

Os trabalhos consultados demonstram que as políticas educacionais destinadas aos profissionais da educação focam a valorização num aspecto mais da formação, pois 49,04% dos trabalhos foram direcionados a essa temática. Os demais trabalhos, distribuídos em mais 03(três) categorias, que tratam de outras questões relacionadas à valorização dessa categoria profissional, trazem como aspecto coadjuvante formação baseada na produtividade docente que poderá desencadear outros aspectos de valorização. Isso revela a situação educacional brasileira, que em suas avaliações sempre aparece a qualidade da educação como fator de preocupações e isso recai sobre a prática do professor, que é visualizado mais no aspecto dos problemas de formação em detrimento de outros aspectos que são importantes, como o financeiro e de valorização social.

Verificamos, assim, que há um longo caminho a percorrer para que a política de valorização do profissional da educação no Brasil se torne uma realidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. e MELO, Márcia Maria de Oliveira. **Pedagogia e faculdades de educação: vicissitudes e possibilidades da formação pedagógica e docente nas IFES.** Educação e Sociedade, out. 2005, vol. 26, nº 92, p. 959 – 982.

BARRETO e MONTEIRO, Jane Margarida Nunes. **Retalhos de vida: ou sobre tessituras na formação continuada.** Espírito Santo. Jane Margarida N. B. e Monteiro, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo.

BELLONI, Maria Luiza. **Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna?** Educação e Sociedade, dez. 1998, vol. 19, nº 65, p. 143 – 162.

CERQUEIRA, Aquiles Santos. **A formação continuada desenvolvida pela EAPE para os professores do Ensino Fundamental públicos – 5ª a 8ª séries – triênio 1999/2000.** Brasília. Aquiles Santos Cerqueira, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **A conscientização como princípio metodológico da formação de professores – registro sobre uma experiência ineditamente viável na política educacional popular em Porto Alegre.** Rio Grande do Sul. Ana Lúcia S. de Freitas, 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **A conscientização como princípio metodológico da formação de professores – registro sobre uma experiência ineditamente viável na política educacional popular em Porto Alegre.** Rio Grande do Sul. Ana Lúcia S. de Freitas, 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização.** Educação e Sociedade, dez. 2003, vol. 24, nº 85, p. 1095 – 1124.

GUTIERREZ, Cláudio Augusto Silva. **Formação continuada de professores na escola cidadã: análise da proposta de formação continuada de professores da Prefeitura de Porto Alegre na 3ª gestão da administração popular.** Rio Grande do Sul. Cláudio Augusto Silva Gutierrez, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** Educação e Sociedade, dez. 1999, vol. 20, nº 68, p. 61-79.

KLÉBIS, Augusta B. S. Oliveira. **Formação continuada de professores do município de Regente Feijó: a municipalização do ensino fundamental e os desafios da construção de uma política – 1999/2002.** São Paulo. Augusta Boa Soliveira Klébis, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação.** Educação e sociedade, ago. 1998, vol. 19, nº 63, p. 105-125. ISSN 0101-7330.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance.** Educação e Sociedade, dez. 1999, vol. 20, nº 68, p. 163-183. ISSN 0101-7330.

LAPO, Flavinês Rebolo e BUENO, Belmira Oliveira. **Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério.** Caderno de Pesquisa, mar. 2003, nº 118, p. 65-88.

LUDKE, Menga; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CUNHA, Maria Isabel da Cunha. **Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores.** Educação e Sociedade, dez. 1999, nº 68, p. 278-298. ISSN 0101-7330.

MAMEDE, Inês Cristina de Melo. **Professoras alfabetizadoras: quem são, o que pensam e como alfabetizam...**Ceará. Inês Cristina de M. Mamede, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

MARASCHIN, M^a Lúcia Marocco. **A configuração da imagem social do profissional da educação.** Rio Grande do Sul. M^a Lúcia Marocco Maraschin, 1998. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **Reformas internacionais da educação e formação de professores.** Cad. Pesquisa, março 2003, nº 118, p. 89-118. ISSN 0100-1574.

OLIVEIRA, Carla Maria k. Mattar de. **A construção dos saberes docentes: um estudo a partir da trajetória de professores de 1^a a 4^a série do ensino fundamental em Maceió – AL.** Pernambuco. Carla Maria K. M. de Oliveira, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

SALDANHA, Letícia Beck. **Mulher-professora: paixão pelo (im)possível.** Rio Grande do Sul. Letícia B. Saldanha, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. **A criança em situação de berçário e a formação do professor para a educação infantil.** São Paulo. Lenita M^a J. Schultz, 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília.

SILVA, Christina Marília Teixeira da e AZEVEDO, Nyrma Souza Nunes de. **O significado das tecnologias de informação para educadores.** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, jan/mar. 2005, vol. 13, nº 46, p. 39-54.

SILVA, Delma Evaneide. **Formação de professores(as) e campo de atuação profissional: um estudo de egressos(as) do curso de Pedagogia.** Pernambuco. Delma Evaneide Silva, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA E SILVA, Beatriz Bento de. **Percepção da natureza política do trabalho docente: um caminho alternativo para o redimensionamento da prática pedagógica.** Rio de Janeiro. Beatriz B. de Souza e Silva, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TARDIF, Maurice e RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério.** Educação e Sociedade, dez. 2000, vol. 21, nº 73, p. 209-244.